



DESCENTRALIZAÇÃO DO CENTRO DE GOIÂNIA (1950-1980)

Luana Chaves Vilarinho
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Email: luanachv@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir as transformações urbanas no centro de Goiânia a partir de um foco: sua descentralização. Essa discussão retoma os primeiros anos que a cidade surgiu e as análises entre as décadas de 1950 à 1980, que foi o período o qual iniciou-se o processo de descentralização em Goiânia. Esse processo culminou em um espaço central obsoleto cuja maior predominância de usos é o comercial e serviços. O centro vem se caracterizando como um local de pouca atração em investimentos, como imobiliários. Nesse percurso, há uma leitura do contexto histórico antes e durante a descentralização a fim de entender esse processo, e portanto, identificar as condicionantes envolvidas nessa questão. O texto encontra-se sistematizado em três partes: os aspectos espaciais definidores e constituintes de um centro urbano; discussão sobre o conceito de descentralização das cidades em geral; e por fim a verificação dos conceitos anteriores no centro de Goiânia.

Palavras-Chave: Reestruturação; Descentralização; Transformações; Goiânia.

THE DECENTRALIZATION OF DOWNTOWN GOIÂNIA (1950-1980)

Abstract

This article aims to speak about urban transformations in downtown Goiânia, considering its decentralization. This discussion dates back to the first years of city, after its appearance. Moreover, it research the start-up period of downtown decentralization process between the years of 1950 and 1980. This process culminated in an obsolete central space whose main predominance of uses is the commercial and services. The center has been characterized as a place of little attraction in investments, such as real estate. The historical background in relation to decentralization was analyzed, taking both its earlier time and later time into account. In this sense, it was sought to comprehend this process, and identify chief determinants from it. Finally, the text was systematized through three parts: the special defining and formative aspects of city; a discussion about the concept of city's decentralization, and a study about former concepts from downtown Goiânia.

Keywords: Restructuring; Decentralization; Transformations; Goiânia.

DESCENTRALIZACIÓN DEL CENTRO DE GOIÂNIA (1950-1980)

Resumen

El objetivo en este artículo es discutir las transformaciones urbanas en el centro de Goiânia a partir de un foco: su descentralización. Esta discusión retoma los primeros años del nacimiento de la ciudad y el análisis del período 1950 a 1980, que fue durante el cual se inició el proceso de descentralización en Goiânia. Este proceso culminó en un espacio central obsoleto cuya mayor predominancia de usos es el comercial y los servicios. El centro se viene caracterizando como un lugar de poca atracción en inversiones, como inmobiliarias. En este recorrido, hay una lectura del contexto histórico antes y durante la descentralización a fin de entender ese proceso, y por lo tanto, identificar las condicionantes involucradas en esa cuestión. El texto se encuentra sistematizado en tres partes: los aspectos espaciales definidores y constituyentes de un centro urbano; discusión sobre el concepto de

descentralización de las ciudades en general; y por fin la verificación de los conceptos anteriores en el centro de Goiânia.

Palabras clave: Reestruturação; Descentralização; Transformaciones; Goiânia.

Introdução

A problemática da descentralização dos centros principais estão presentes em muitas cidades, inclusive na cidade de Goiânia. Essa realidade é reflexo de um período próximo ao de sua construção. Entender o início do processo da descentralização é de grande importância, pois nos dá um respaldo para compreender as transformações ocorridas ao longo dos anos que motivaram sua descentralização.

Pretende-se mostrar com esse artigo os motivos que motivaram o processo de descentralização a partir do centro principal de Goiânia. E o recorte temporal se concentra entre as décadas de 1950 a 1980, período em que esse processo se inicia. Com isso, é necessário voltar nesse período da história de Goiânia e verificar: quais as condicionantes que levaram a essa consequência? Em que medida foi ocorrendo a descentralização?

Como procedimentos metodológicos utilizou-se de referenciais teóricos para conceituar descentralização e aplicar ao caso de Goiânia com a finalidade de identificar os fatores e as condicionantes que motivaram a descentralização do centro da cidade. Além da base teórica, recorreu-se a análise de alguns mapas e de imagens históricas do setor central, e sua relação com o restante do espaço urbano de Goiânia ao longo das décadas de 1950 a 1980. Essa análise permite a visualização do que aconteceu com o setor Central comparado com o crescimento da cidade ao longo do tempo. Isso auxiliará na compreensão da problemática da pesquisa que é a descentralidade do centro urbano de Goiânia entre os anos de 1950 à 1980.

Constituição espacial e definição de centro urbano

Segundo Corrêa (2001, p.5 *apud* Correa, 2010, p.5), o centro urbano apresenta uma característica da metrópole moderna: “é uma localização privilegiada”, pois se concentra nessa região “muitas atividades comerciais, serviços, fluxos” de pessoas e veículos a fim de diminuir o tempo e aumentar os lucros. Ela é de fácil identificação e se liga de modo direto com as demais partes da cidade. Ramires (1998, p.35, *apud* Machado; Carvalho, 2013, p.37), considera “o centro como o espaço mais transformado de aglomeração urbana nos aspectos arquitetônicos”, “sociais, políticos, econômicos e culturais”. Essa área central, na grande

maioria das cidades, são objetos de grandes renovações urbanas promovidas pela esfera pública, que envolve os interesses de vários agentes produtores do espaço urbano.

Partindo do caso da cidade de São Paulo, Tourinho (2006, s.p. *apud* Correa, 2010, p.10) considera que o centro possui um caráter concentrado, que é resultante do centro velho e do centro novo que tem sua consolidação a partir da década de 1950. Machado e Carvalho (2013) consideram o centro um local privilegiado das políticas públicas e de intervenção urbanística. De modo tradicional, o centro é visto pelos estudos intraurbanos como um espaço multifuncional, com densidade urbanística mais intensa e verticalização. Nos manuais de Geografia Urbana, o centro é sinônimo de concentração de serviços, comércios, valores históricos, funções administrativas.

Correa (2010) afirma que os centros das cidades foram as áreas mais afetadas pelo processo de acumulação e avanço da técnica e da ciência. É o centro da cidade que passa por mudanças significativas impostas pelo capital, e é o local alvo da disputa e do poder. A partir de então, o solo se valoriza, iniciando assim a segregação daqueles que não tem condições financeiras de morar nessa área central, e nem em suas adjacências.

Percebe-se que o centro da cidade, muitas das vezes não acompanha o crescimento da malha urbana. Verifica-se isso quando no início da formação do núcleo citadino, o centro é dado como o local mais atraente e importante da cidade. Com o passar dos anos, muitos deles vão se tornando obsoletos. Os investimentos imobiliários migram dali e vão para as novas áreas surgidas na cidade. O centro então, passa a se caracterizar como um local onde o uso comercial/serviços são predominantes, e muitas de suas edificações encontram-se abandonadas, ou ocupadas por pessoas carentes de moradias. Essa realidade acomete muitos centros urbanos, e em parte, Goiânia também.

O centro de Goiânia, em seu processo de desenvolvimento, não acompanhou o crescimento da malha urbana. Os investimentos imobiliários migraram dali para outras áreas, restando como uso predominante o comércio. No caso de Goiânia, o centro não se configura como um espaço de alta densidade e verticalização, mas sim como uma área em que o predomina mais comércios e serviços, e menos habitações. É um local onde há a concentração de alguns equipamentos administrativos e históricos. Há muitos fluxos de veículos e pessoas, no entanto, essa concentração ocorre mais durante o dia, pois durante a noite o centro praticamente se torna uma zona obsoleta com pouco fluxo de pessoas transitando.

Descentralização urbana

O conceito de descentralização é entendido como um processo que envolve a criação de subcentros. Está associada ao crescimento urbano, tanto pelos aspectos demográficos, como pelos espaciais, aumentando a distância entre o centro da cidade e as novas áreas surgidas. Tal situação se evidencia, por exemplo, no caso de empresas comerciais a se descentralizarem do centro, e levar suas filiais para essas novas áreas: “A competição pelo mercado consumidor, leva empresas comerciais a descentralizar seu pontos de venda com a criação de filiais nos bairros”, conforme considera Corrêa (1999, p.1, *apud* Machado; Carvalho, 2013, p.43).

Uma outra perspectiva com relação à muitas empresas migrarem do centro para outra localidade, é pelo fato de o centro não comportar a dimensão espacial que essas empresas ocupam. E então elas migram para espaços maiores que podem proporcionar maior fluidez, como atesta Correa (2010).

Correa (2010) ainda afirma que a descentralização implica na diminuição da acessibilidade ao centro principal, e ao mesmo tempo, aumento da acessibilidade a outros locais, a qual está associado ao desenvolvimento dos meios de transporte. De acordo com Beltrão Spósito (2001, *apud* Correa, 2010, p.9), a descentralização provoca o surgimento de centralidades múltiplas voltadas para classes sociais diferentes. Esse surgimento se expressa sob a forma de novos loteamentos na malha urbana, inserção de equipamentos comerciais e serviços de grande porte (*shopping centers* e hipermercados), e até mesmo o aparecimento de outros centros de atividades, que incluem sedes de empresas, redes de hotelaria, por exemplo.

Então, entende-se o conceito de descentralização como um processo em que ocorre a migração de comércios, serviços e de pessoas do centro para as novas áreas surgidas nas cidades. Esse processo, com o decorrer do tempo, tende a tornar o centro das cidades um local obsoleto, pouco buscado para investimentos imobiliários, pois por um lado não comporta grandes equipamentos urbanos, por outro a cidade vai se expandindo, e vão surgindo novos bairros com suas centralidades. Com isso, os interesses privados vão atuando nesse processo, distanciando-se mais ainda do foco do centro da cidade e se voltando para as novas áreas surgidas e novas centralidades.

Processo de descentralização

De acordo com Singer (1979), a medida que a cidade vai crescendo, vai surgindo novos centros, que competem com o centro principal. Esses novos centros formam focos

de valorização do espaço urbano. Ao redor do centro principal, localizam-se as zonas residenciais. Quando a expansão do centro principal esbarra nesse anel composto por bairros residenciais, ocorre o deslocamento de seus habitantes para as novas áreas residenciais. Isso implica na desvalorização desse anel que circunda o centro principal, e passa a ser ocupado por serviços inferiores. Estes por sua vez são locais de diversão noturna, de pontos de prostituição, de hotéis de segunda classe, por exemplo.

Singer (1979) apresenta um outro “fenômeno” que ocorre no centro principal: a necessidade de certas empresas se expandirem naquele espaço, e isso entrar em colisão com os outros usos presentes ali. Diante disso, ocorre a reestruturação dos mesmos, havendo, assim, uma mudança no tipo de uso do solo; Isso implica na migração da classe alta para outros lugares mais longe do centro.

Outro fenômeno presente no processo de transformação do centro é a questão do uso do automóvel. Com ele veio a necessidade de haver garagens nas edificações; E isso não foi possível de encontrar nos edifícios antigos do centro. Assim, muitas pessoas preferiram morar em habitações mais modernas presentes nos novos centros surgidos. Singer (1979) ainda considera que as mudanças no estilo dos mobiliários, na composição das famílias fez com que ocasionasse uma obsolescência em grande parte das edificações do centro, acarretando em seu abandono por parte das pessoas de alta renda, as quais tinham condições de optar por residências modernas nas novas localidades surgidas.

Essa obsolescência, conforme afirma Singer (1979), atingiu também empresas, principalmente aquelas voltadas a atender a classe social mais alta. Assim, muitas delas abandonaram suas localizações no centro e foram em busca de nova inserção em locais preferenciais a fim de oferecer instalações atraentes voltadas à sua freguesia. Esses locais eram os bairros residenciais ou os *shopping centers*.

Diante desse quadro da classe alta querer migrar do centro, e de muitas empresas acompanharem essa migração, percebe-se que as novas centralidades foram se compondo com esse processo, ou seja, as empresas, e as classes altas foram para as novas centralidades, e aqueles que não poderiam viver no centro, iriam para as margens no tecido urbano. Tourinho (2006, *apud* Correa, 2010, p.10) defende que as novas centralidades se localizam no centro expandido, sendo produto das operações imobiliárias e urbanísticas. O centro expandido consiste em ter um caráter disperso, cuja área é equipada e consolidada, constituída assim a partir de 1960 e final da década de 1980. As novas centralidades são de caráter fragmentado, criadas a partir dos anos 1980.

Singer (1979) faz uma ressalva do por que as edificações abandonadas pela classe alta e pelas empresas não foram aproveitadas pelas pessoas de baixa renda. Segundo ele, é devido a especulação imobiliária. E por causa disso, essas edificações acabam se deteriorando por não abrigar nenhum uso. Com isso o preço do uso do solo reduz, não atraindo investidores. Estes por sua vez, poderiam renovar essas edificações, pois dificilmente a classe alta ou média se disporia a morar novamente no centro que tenha adquirido má fama. Com o tempo, se forma um anel de zonas deterioradas ao redor do centro histórico. Isso é uma característica comum das cidades capitalistas.

Condicionantes da descentralização

Quando a forma urbana do centro de uma cidade não consegue se mostrar adequada à expansão capitalista, esta por sua vez procura se deslocar para outra parte da cidade, pois não quer comprometer sua lucratividade. Isso acaba gerando o processo de descentralização do centro da cidade por meio de subcentros, e eixos, que vão acompanhando as demandas espaciais do mercado capitalista, segundo Correa (2010).

Os meios de transportes também atuam como um relevante fator na descentralização central de uma cidade. A locomoção das pessoas pelo espaço urbano se torna mais flexível com o desenvolvimento dos ônibus, caminhões e automóveis. Percebe-se que não há mais “problema” para os que não moram no centro irem morar em outra localidade, pois o que necessitarem podem buscar onde quiserem por meio do uso de transportes.

De acordo com Correa (2010), com a repulsão das atividades comerciais e de serviços para fora do centro principal, há uma acentuação na descentralização. Os fatores que influenciam esse processo de repulsão consiste em: aumento do valor da terra por ser mais urbanizada e dotada de infraestrutura, congestionamento, limitações para obtenção de espaço para expansão das atividades, restrições legais que implicam em ausência de espaços.

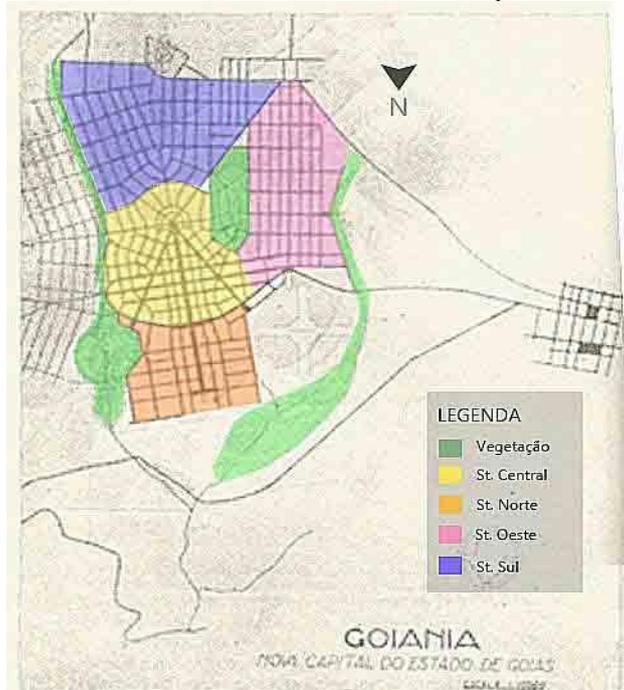
Também pode-se considerar que o esvaziamento do centro é dado pela implantação periférica dos conjuntos habitacionais do Banco Nacional de Habitação (BNH), e isso foi gerando uma expansão centrífuga, esvaziando as áreas centrais, conforme salienta Clemente (2012). A facilidade em obter as moradias populares por meio de financiamento nas periferias da cidade intensificou ainda mais essa migração da população do centro para a periferia. Além disso, a baixa diversidade de usos nas áreas centrais tomadas pelo comércio é um motivo para ocorrer a formação de vazios urbanos e imóveis subutilizados.

Um outro condicionante relevante no processo de descentralização do centro de uma cidade são os *Shopping Centers*. Segundo Vargas (2001, *apud* Silva; Gonçalves, 2012, p.81), estes grandes equipamentos induzem o surgimento de novas centralidades, uma vez que é um equipamento que promove concentração e fluxos.

Descentralização em Goiânia: Contexto urbano no Setor Central (1933 – 1980)

De acordo com Gonçalves (2002), Goiânia foi concebida na década de 1930 por um projeto urbanístico elaborado por Atílio Corrêa Lima. Uma cidade que teve seu crescimento inicial assistido por um planejamento. De início, estabeleceu-se que fosse adensada a área urbana, correspondente aos setores Central e Norte no período compreendido entre a década de 1930 e 1940. O interventor Pedro Ludovico Teixeira, na década de 1940, proibiu que fosse feito novos loteamentos nos próximos cinco anos, pois pretendia ocupar toda a área urbana para depois adensar os setores Oeste e Sul. (Figura 01). Todo esse quadro demonstra que a formação inicial da cidade foi amparada diretamente pelo Estado.

Figura 01. Plano de Atílio Corrêa Lima, e seus primeiros bairros.



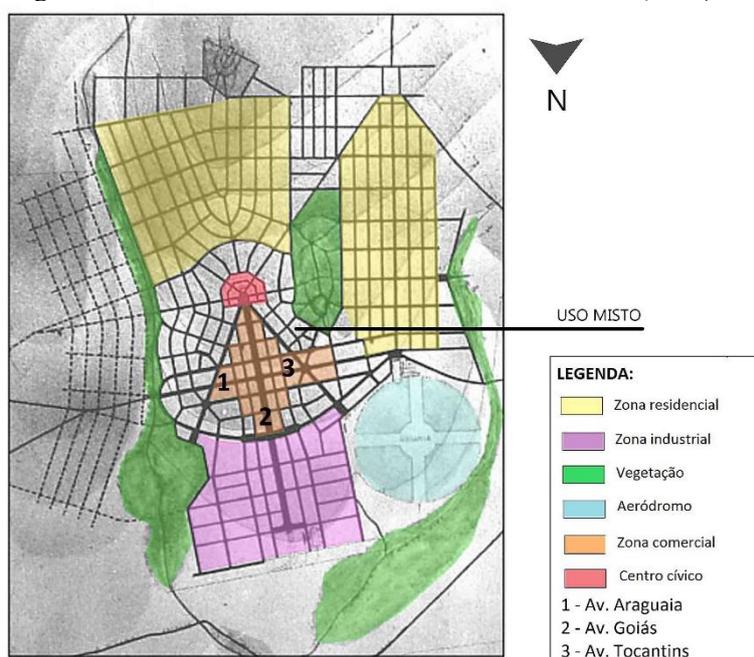
Fonte: GONÇALES, 2003, p.44. Modificado pela autora, 2017.

A Figura 1 mostra os primeiros bairros inseridos na cidade na década de 1930, a qual corresponde aos setores Central e Norte. Os setores Oeste e Sul, estão representados apenas com o intuito de mostrar suas respectivas localizações futuras. Nota-se a preocupação

de Atílio em adensar a cidade de modo compacto desde o início. Essa atenção também esteve na esfera governamental, pois Pedro Ludovico preferiu adensar a parte central da cidade, para depois adensar os futuros bairros que viriam a ser os setores Oeste e Sul, como foi dito.

Trazendo um planejamento moderno, Atílio setorizou a cidade (Figura 02). No centro cívico deveriam ser instaladas as edificações administrativas (Figura 03). Ao longo das avenidas Goiás, Tocantins, e Araguaia deveriam ter quadras comerciais; Nas áreas à oeste e ao sul seria uso residencial; Ao norte uso industrial.

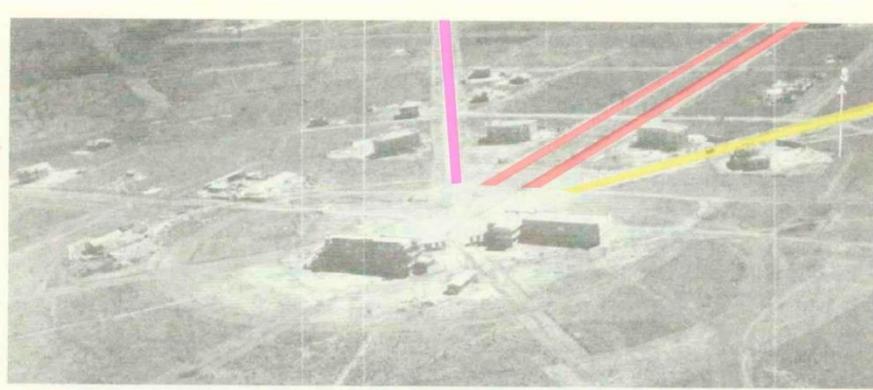
Figura 02. Plano de Atílio Corrêa Lima e suas setorizações (1933).



Fonte: DINIZ, 2007, p.206. Modificado pela autora, 2017.

As Figuras 03, 04, 05 e 06 mostram como o centro da cidade se desenvolveu de modo ágil em um curto espaço de tempo – dentro de quatro anos. No final da década de 1930, o centro estava praticamente rarefeito em termos de ocupações. De 1937 para 1942, o centro foi se desenvolvendo tendo como expoente as edificações ao longo das avenidas Goiás, Paranaíba e Tocantins, bem como da Praça Cívica.

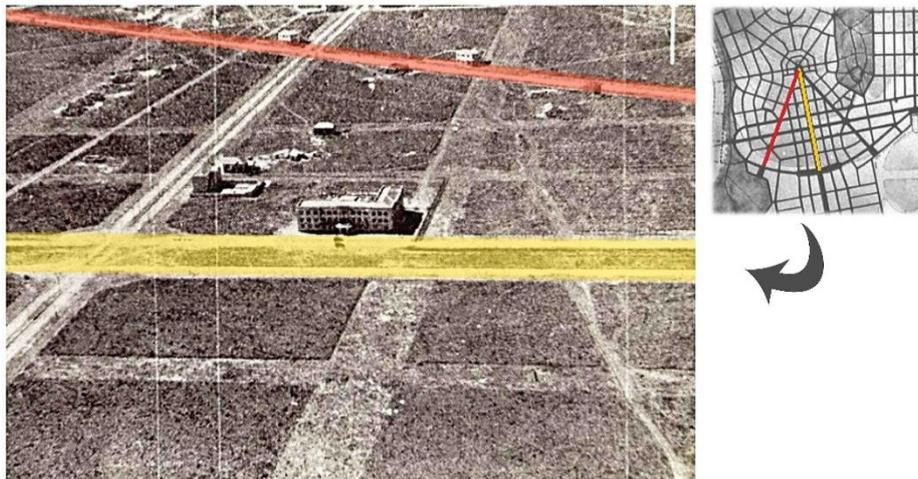
Figura 03. Edifícios públicos (Palácio e Secretaria Geral em primeiro plano) na Praça Cívica em 1937.



LEGENDA: ■ Av. Tocantins ■ Av. Goiás ■ Av. Araguaia

Fonte: GONÇALVES, 2003, p.30. Modificado pela autora, 2017.

Figura 04. Vista parcial da Av. Goiás no Setor Central em 1937.



LEGENDA: ■ Av. Araguaia ■ Av. Goiás

Fonte: DINIZ, 2007. Modificado pela autora, 2017.

Figura 05. Praça Cívica em 1941.



Fonte: GONÇALVES, 2003, p.30. Modificado pela autora, 2017.

Figura 06. Vista parcial do setor Central em Goiânia na década de 1942.

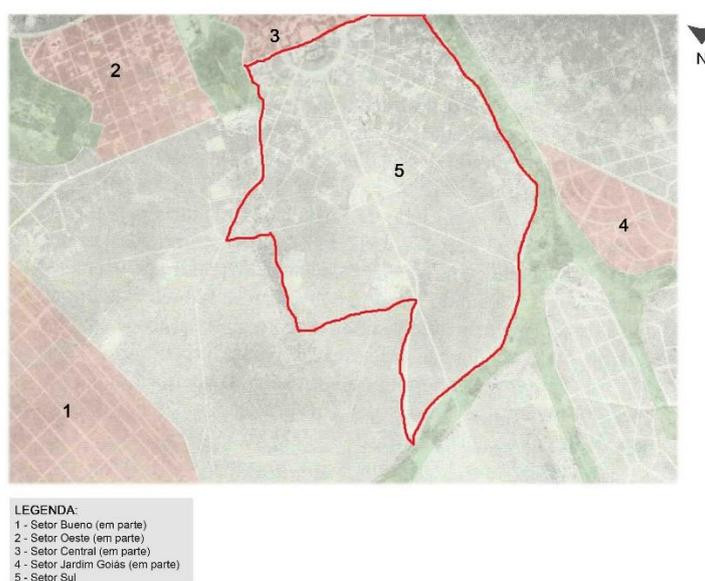


Fonte: Acervo da biblioteca da Prefeitura Municipal de Goiânia.

Gonçalves (2002) relata que essa realidade de Goiânia correspondente ao seu adensamento e crescimento seguindo um plano urbanístico e a presença do Estado no planejamento da cidade se manteve até a década de 1950. O poder do Estado foi perdendo forças em fazer parte do ordenamento urbano. Esse papel foi repassado para os interesses privados e para o setor imobiliário. De acordo com Moraes (1991), durante as décadas de 1950 e 1960, Goiânia cresceu de modo rarefeito com os loteamentos espalhados pela cidade de modo aleatório sem seguir um Plano Diretor.

Não havia uma lógica em articular as novas áreas à malha urbana já estruturada, que correspondia ao centro da cidade. Nesse momento, a cidade se apresentou como um espaço fragmentado por novos loteamentos inseridos de modo desarticulado com a área planejada. (Figura 07). A grande maioria dos loteamentos foram se adensar somente na década de 1980.

Figura 07. Vista aérea de 1955.



Fonte: GONÇALVES, 2003, p.108. Modificado pela autora, 2017.

Na década de 1950, novos bairros surgiram (Setor Bueno e Setor Jardim Goiás) inseridos na malha urbana de modo desconexo com o centro. Nesse momento nem o Setor Sul estava totalmente ocupado. (Figura 07). A expansão do Setor Sul demorou a ocorrer, ainda assim, ruas foram abertas em novos bairros para futuras ocupações.

Para Moraes (1991), o período de 1950 à 1970 foram duas décadas em que o planejamento urbano não foi valorizado, ou quando houve uma “transferência” desse controle para os interesses privados. A Lei 176 inaugurou esse momento, em que a esfera pública se omitiu e permitiu que o espaço urbano ficasse a mercê da lógica dos empreendimentos, liberando novos loteamentos até então compulsório para sua aprovação.

Gonçalves (2002) afirma que, nessas décadas, prevaleceu a cidade de crescimento “espontâneo” e desordenado sobre a cidade planejada. A cidade legal foi sua representação. Uma cidade amparada pela lei, porém, ausente de qualquer tipo de planejamento urbano para orientar seu crescimento de modo ordenado.

Nota-se que nas décadas de 1950/196 sua expansão foi acelerada e centrífuga, uma vez que a expansão foi induzida pelos novos loteamentos lançados mais afastados do centro. Isso gerou um movimento centrífugo de ocupação territorial, uma vez que com novos bairros surgindo em vários pontos da malha urbana e com o aumento da mobilidade, muitas pessoas passaram a migrar do centro para essas novas localidades com o decorrer dos anos. E um fator que intensificou esse processo foi a inserção dos conjuntos habitacionais na cidade, os quais se instalaram mais nas bordas urbanas. (Figura 09). Essa dinâmica de movimento centrífugo de ocupação e expansão acelerada intensificou o esvaziamento de muitas áreas centrais urbanas, inclusive a de Goiânia. (Figura 08).

Figura 08. Esquema dos fatores que culminaram no esvaziamento das áreas centrais.

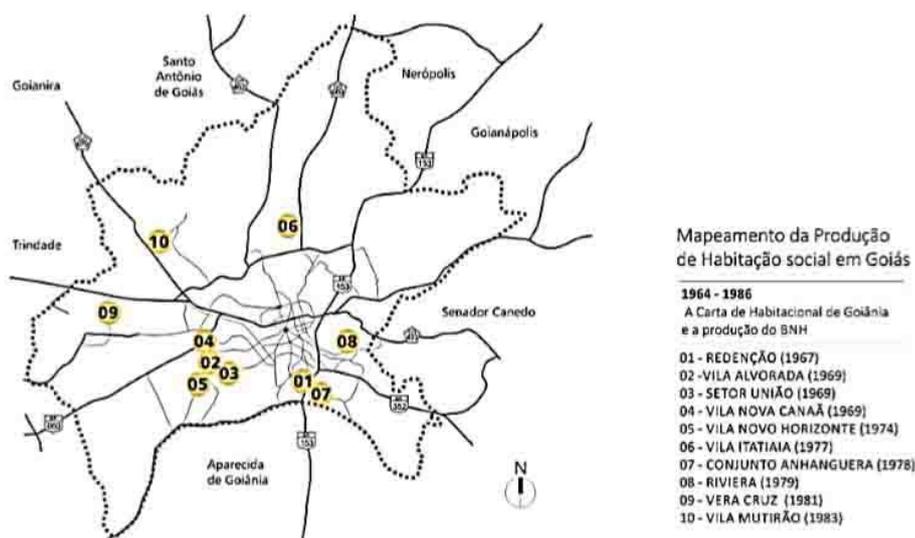


Fonte: CLEMENTE, 2012, p. 45.

O esquema apresentado por Clemente (2012) na Figura 08, demonstra o processo envolvido na descentralização do centro. Inicialmente ocorre a expansão acelerada da cidade, que por sua vez é acometida pela mobilidade e pela inserção dos conjuntos habitacionais na malha urbana. Posteriormente, inicia-se a dinâmica de abandono do centro da cidade por parte da população residente. Dessa forma leva-se à desvalorização e à degradação das áreas do centro.

No final da década de 1960, houve o surgimento dos primeiros conjuntos habitacionais oriundos da política do Banco Nacional de Habitação – BNH, considerados pontos de indução para o crescimento de Goiânia, situados estrategicamente nas bordas da cidade ou, até mesmo, fora do perímetro urbano (GOIÂNIA, 1969). De acordo com Lucas (2016), a localização desses conjuntos denotam que não foram aplicados critérios urbanísticos, dada a dispersão dos mesmos. (Figura 09).

Figura 09. Mapa esquemático com a localização de empreendimentos produzidos pelo BNH.



Fonte: LUCAS, 2016, p.92.

Na Figura 09 é possível observar que a inserção dos conjuntos habitacionais no tecido urbano foi periférica. Isso acentuou ainda mais a descentralização do centro de Goiânia, pois nota-se nesse mapeamento que os conjuntos se instalaram muito longe do centro, formando vazios entre essas moradias populares e o setor Central. Além disso, a longa distância entre o centro e essas novas áreas fez com que muitos dos residentes dos conjuntos fossem deixando de frequentar o centro de Goiânia.

Ainda conforme Gonçalves (2002), houve tentativas para reordenar o espaço urbano, tais como a elaboração do Plano Diretor do Ewald Janssen (1952-1954), e o Plano Diretor feito por Luís Saia (1959-1962), o que marcou o fim da interferência do Estado na manipulação do espaço urbano, sendo o último plano encomendado pelo governo. No entanto, todas essas tentativas não surtiram efeito até que no final da década de 1960, quando, então, a prefeitura iniciou o trabalho de interferir na organização do espaço urbano.

Com isso, a empresa de Jorge Wilhelm foi contratada para desenvolver o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), em 1968, com subsídios do governo federal, inaugurando uma nova etapa na conformação do meio urbano de Goiânia. Essa fase é caracterizada pelo crescimento e expansão urbana ordenados, por meio da reestruturação do sistema viário e possibilidades de circulação via transporte público. Também com esse plano, identificou-se em Goiânia a habitação como força indutora de adensamento e expansão urbana.

De acordo com Rodovalho (2008), no levantamento do PDIG a cidade nesse momento era ocupada, predominantemente, por edificações horizontais, e muito poucas pelas verticais. A região central era composta por edifícios administrativos, culturais, comerciais e residenciais, enquanto que as regiões norte, leste e sul tinham predominância residencial. O crescimento da cidade foi se expandindo em direção aos centros de atração. Estes por sua vez, foram constituídos a partir da implantação dos loteamentos, os quais induziram a expansão da malha urbana da região central em direção à essas novas áreas surgidas no decorrer desses anos.

Durante a vigência do PDIG (de 1975 a 1994), havia muitos lotes urbanos a serem ocupados, uma vez que a Lei de Zoneamento incentivava a construção de edificações no centro, no setor oeste, e, posteriormente, na parte sul da cidade. Conforme os estudos para o Plano Diretor de 1994 (GOIÂNIA, 1994), a formação do espaço urbano após 1975 resultou do adensamento pontual de alguns bairros e da dispersão da periferia. Na ocupação do solo houve três agentes de destaque: o Estado, os empreendedores imobiliários e os invasores/posseiros de terras urbanas. Este último, por sua vez, de modo organizado, forçaram a ocupação dos espaços vazios.

Percebe-se a partir desse panorama geral da cidade que o setor Central não foi muito “assistido” pelas propostas do PDI de modo a acompanhar as mudanças da cidade. Ele foi sendo deixado de lado, e todas as atenções urbanísticas foram sendo voltadas para as novas áreas surgidas e para outras problemáticas. O centro da cidade não “apresentava problemas”

a se resolver. Era uma área estabelecida, já estruturada, já adensada, logo percebe-se que o Plano não estava “preocupado” com o centro. Ele foi servindo de suporte para o desenvolvimento das áreas adjacentes até elas se tornarem independentes com suas novas centralidades.

E é nesse processo que se inicia a configuração espacial de descentralização do centro de Goiânia, pois novas áreas foram vistas pelos interesses privados como locais de futuros investimentos, e não mais o centro da cidade.

Transformações do espaço urbano no Setor Central (1950 – 1980)

Segundo Correa (2010), na década de 1950, o centro de Goiânia era predominantemente horizontal. Nele residia a classe de poder aquisitivo mais elevado, e era onde se concentrava as principais atividades comerciais e de serviços. Na década de 1960 e 1970, o centro começou a se verticalizar pelos moradores de alta e média renda. Enquanto isso, os bairros periféricos/ adjacentes começaram a se expandir pela cidade. (Figura 10, 11 e 12).

De acordo com Mota (2004), enquanto a segunda etapa da elaboração do PDI acontecia, foram aprovadas as quatro “leis tampão” a fim de preservar a cidade da especulação imobiliária. Entre elas, uma “determinavam a construção obrigatória de garagens nos edifícios do centro”, por exemplo.

Eis então, uma preocupação do Plano com o centro de um modo indireto, pois deduz-se que essa medida seria para manter os moradores no centro, enquanto que as demais partes da cidade se adensava. Essa medida vem da preocupação com as transformações dos costumes sociais desse período, como por exemplo, com o advento do automóvel, em que a classe alta poderia migrar para os novos bairros, e assim, abandonar o centro. Isso iria contra uma das propostas de adensamento do Plano, pois essa classe ao abandonar o centro poderia provocar um vazio na malha urbana, em uma área que já estava toda estruturada com o centro de Goiânia

Figura 10. Imagem aérea do centro Goiânia, na década de 1950, denotando os vestígios de sua horizontalidade.



Fonte: Acervos da Biblioteca da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2017.

Figura 11. Imagem aérea do centro de Goiânia, na década de 1960, denotando o início de sua verticalização.



Fonte: BELLORIO, 2013.

Figura 12. Verticalização da Avenida Goiás – Centro (1965).



Fonte: Acervo da biblioteca da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2017.

Já na década de 1980, essa realidade do centro de Goiânia se transformou, pois iniciou-se o processo de abandono por parte da classe de média e alta renda, que conseqüentemente levou à descentralização do bairro diante da cidade como um todo. A migração da população de alta renda para os novos bairros formou o que se denomina de centro expandido ou centro novo. A centralidade exercida foi pelos bairros Oeste, Bueno e Marista, que concentravam atividades comerciais e serviços mais sofisticados. Então, foi para essas localidades que a população de poder aquisitivo mais elevado foram se estabelecer. Migraram do centro para essas novas áreas.

Com a classe média alta migrando para as novas áreas da cidade, tornou-se evidente que o centro de Goiânia não estava conseguindo se adequar às condicionantes decorrentes do crescimento da cidade. Assim, a tendência do centro foi de entrar em estado de declínio social, econômico, por exemplo. Isso significa que com o decorrer dos anos o centro foi perdendo o status de setor mais vantajoso de se investir, de habitar, e passou a ser visto mais como uma área que oferece, predominantemente, atividades comerciais, administrativas e serviços.

O transporte coletivo durante os anos 1975 – 1987, assumiu um papel importante na mudança física da cidade, pois possibilitou, a priori, que se morasse mais distante do centro da cidade com acesso facilitado da população ao centro da cidade. No entanto, ao mesmo tempo que houve essa facilidade de conexão entre regiões mais distantes com o centro da cidade, ocorreu o surgimento de novas centralidades.

Com a formação de outros bairros dotados com suas centralidades, fez com que o centro da cidade de Goiânia fosse perdendo toda aquela importância e atenção especulativa que tinha antes. Um caso assim de nova centralidade foi do bairro Jardim Goiás. Adensado a partir da década de 1970, na década de 1980 essa área foi se tornando desejável cada vez pelos especuladores imobiliários devido a instalação de dois grandes equipamentos urbanos: o estádio Serra Dourada, e o Shopping Flamboyant. (Figura 13). Nessa figura é notável observar ao fundo a verticalização do centro, e do setor Oeste. E em primeiro plano a construção do Shopping Flamboyant, e o vazio entre o centro e essa nova centralidade que estava se formando na década de 1980, que é o Jardim Goiás.

Figura 13. Vista aérea de 1980 – 81, com o Shopping Flamboyant em construção.



Fonte: Seplanh, Prefeitura de Goiânia, 2017.

Esse processo de surgimento de novas centralidades refletiu diretamente no uso do solo do centro da cidade, pois mesmo sendo um local com uma área já estabelecida e

estruturada deixou de ter grande importância para os interesses privados. A especulação imobiliária procurava novas áreas de potencial para investimento futuro. Como considera Correa (2010), essas estratégias do capital eram para promover certos lugares e transformar a localização em mercadoria.

Assim, a atenção dos interesses privados voltados para as novas áreas nos anos 1950, propiciou o início da descentralização do centro de Goiânia. É como se período representasse uma fase “embrionária” da descentralização efetiva da década de 1980.

A instalação dos *Shopping Centers* propiciou que se criasse uma centralidade em sua proximidade. Essa centralidade atraiu pessoas para morar e trabalhar. Portanto, esse processo afetou diretamente o centro de Goiânia a medida que os *Shopping Centers* foram se instalando na malha urbana, pois muitos migraram do centro e foram morar e trabalhar nessas novas localidades.

Percebe-se também que o outro fator que influenciou a descentralização do centro de Goiânia foi o fato de seus edifícios serem mais antigos, e muitos não possuírem garagens. Isso fez com que muitas pessoas saíssem do centro e fossem buscar moradias mais modernas que correspondesse à essas buscas. Isso intensificou que o centro fosse adquirindo cada vez mais a característica de um lugar mais obsoleto.

Além disso, a inserção dos conjuntos habitacionais provenientes da política do BNH contribuíram também para a descentralização, uma vez que durante as décadas de 1970 e 1980, essas moradias foram inseridas mais distantes do centro, isso fez que com o tempo dessa população de baixa renda habitar o centro, foram habitar mais na periferia da cidade.

O centro de Goiânia não foi acompanhando as mudanças que foram ocorrendo na cidade durante essas décadas. Os investimentos imobiliários foram migrando dali e indo para as novas centralidades. Conseqüentemente, a própria população residente foi se movendo para essas áreas, deixando o centro com perfil de local cujo o predomínio de atividades se volta, na grande maioria, para comércios e serviços.

As edificações “deixadas” pelos residentes e empresas não foram aproveitadas pelas pessoas de baixa renda para servir como moradia. Essas edificações foram sendo ocupadas por mais comércios, algumas abandonadas ou se tornando estacionamentos. Isso foi fazendo com que o solo reduzisse seu valor, conseqüentemente, atraindo cada vez menos a especulação imobiliária.

Conclusão

Foram muitos adventos que influenciaram na transformação do centro, como por exemplo, o surgimento dos grandes equipamentos (*shopping centers*, hipermercados), o automóvel, inserção das habitações sociais nas bordas da cidade, as novas centralidades, a dificuldade de grandes empresas se expandirem no centro, pois necessitam de grandes áreas, pela especulação imobiliária, e pelas deficiências de segurança pública. Além disso, percebe-se um fator importante: o fato de que o centro é possuidor de uma identidade, de uma memória, de um perfil histórico, e isso acaba por influenciar muitos investidores a não investir no centro, mas sim nas novas áreas.

Esses aspectos tornaram o centro obsoleto, esquecido pela população. E ao mesmo tempo, muito frequentado pela população carente de moradia. Muitos dos edifícios históricos abandonados do centro são pontos de prostituição, vendas de drogas, estacionamentos e entre outros.

No caso de Goiânia, o problema da descentralização advém desde os anos 1950, principalmente os anos 1980 até os dias atuais. Houve tentativas de reverter esse quadro por meio de requalificação do centro, como ocorreu em 2016, em que requalificaram a Praça Cívica, que é o maior marco histórico do centro da cidade. Porém, não proporcionou muitos efeitos esperados, pois apenas melhorou a paisagem urbana local, e não atraiu investimentos imobiliários e cidadãos a compartilhar mais desse espaço para convivência e lazer.

O que se percebe é que essas transformações vão além dos fenômenos espaciais. É quase uma questão cultural, de costumes. A própria população, na sua grande maioria, não demonstra preocupação em ativar o espaço central da cidade a fim de torna-lo mais dinâmico, mais vívido, atrativo e conectado às demais partes da cidade. Os cidadãos tem papel importante na requalificação do centro, não cabendo somente à intervenção urbana o papel de reativar um espaço que esteja se tornando obsoleto com o passar do tempo.

Referências

BELLORIO, G. B. **Adensamento e verticalização em Goiânia nos Planos Diretores (1978-2007)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Departamento de Artes e Arquitetura, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: < <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2800>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CLEMENTE, J. C. **Vazios urbanos e imóveis subutilizados no centro histórico tombado da cidade de João Pessoa – PB**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: < <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5476/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CORREA, E. A. L. **Lugares centrais e lugares periféricos de Goiânia: diversidade e complexidade.** Geografia (Londrina) Uel, Londrina, v.19, n.2, 2010. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/5006/6626>. Acesso em: 12 out. 2017.

DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935). Ideal estético e realidade política.** 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjf7z-gILYAhVMgJAKHfxlDAsQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.repositorio.unb.br%2Fbitstream%2F10482%2F2901%2F1%2F2007_AnamariaDiniz.PDF&usg=AOvVaw1QGMW_ZygbwJzPlsrLHC-e> . Acesso em: 20 nov. 2017.

GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível.** Brasília: Ministério da Integração Nacional / UFG, 2003.

LUCAS, E. R. **Cidades na cidade: Habitação Social e produção do espaço urbano em Goiânia.** 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6307?mode=full>>

Acesso em: 05. Nov. 2017.

MACHADO, J. R; CARVALHO, M. S. **Descentralização ou centralidade? Uma abordagem do processo de produção urbano de Londrina e Maringá.** Revista Percurso – NEMO, Maringá, v.5, n.1, p. 33 – 54, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/viewFile/19713/11310>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MORAES, S. **O Empreendedor Imobiliário e o Estado: O Processo de expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985).** Brasília: Universidade de Brasília, 1991. (Dissertação de Mestrado Arquitetura e Urbanismo).

MOTA, J. C. **Planos Diretores de Goiânia, década de 60: A inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano.** 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-16042007-163916/pt-br.php>. Acesso em: 19 set. 2017.

Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - PDIG de 1969. Goiânia, Seplam.

Plano Diretor de Goiânia de 1992, vol. 1 e 2. Seplam.

RODOVALHO, M. O. **Análise do Planejamento Urbano e Efetividade dos Planos Diretores de Goiânia.** Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2859>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SILVA, J. B; GONÇALVES, T. E. **Urbanização e produção da cidade: Shopping Centers na dinâmica de novas centralidades em Fortaleza – CE.** Geosul, Florianópolis, v.27, n.53, p. 63 – 88, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjb_KWH74DYAhVBIZAKHXLtDIYQFggxMAE&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Fgeosul%2Farticle%2Fdownload%2F2177-5230.2012v27n53p63%2F24471&usg=AOvVaw2GO5o7rfjRZTOjXjTa0X85> Acesso em: 11 nov. 2017.

SINGER, P. **O uso do solo urbano na economia capitalista.** In: MARICATO, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. p.29 – 32, São Paulo: Alfa-Omega, 1979.